



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de SC - Filiado à FENAJUFE - nº 785 - 19.04.07

Plano de lutas dos SPFs começa a ser discutido

Reuniões na segunda (23/04) e assembléia na terça (24/04); delegados serão eleitos para Ampliada da Fenajufe e Plenária da Cnesf

No começo da próxima semana, o Sintrajusc realiza reuniões setoriais e assembléia estadual para discutir a regulamentação do PCS (remoção), e escolher os delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe, prevista para o dia 5 de maio.

A Ampliada discutirá o plano de lutas dos servidores do Judiciário Federal. As reuniões setoriais acontecem no dia 23/04, segunda-

feira, no TRE, às 13 horas, e na Justiça Federal, às 17 horas. A assembléia estadual acontece no dia seguinte, 24/04, terça-feira, às 13 horas, em frente ao TRT. A pauta é remoção, Reunião Ampliada da Fenajufe e questões jurídicas.

Ampliada da Fenajufe

A data da Reunião Ampliada foi definida pela diretoria executiva da Fenajufe, cumprindo decisão do 6º

Congrejufe. Como a plenária final do 6º Congrejufe aprovou que a reunião ampliada para votar o plano de lutas terá caráter deliberativo, os sindicatos terão que realizar assembléia geral para eleger os delegados e observadores que participarão da ampliada e da plenária dos SPFs, que acontece no dia 6 de maio, em Brasília. A ampliada da Fenajufe acompanha o calendário de mobilizações da Cnesf.

Assembléia escolhe delegados para Ampliada

**23/04 – Reuniões setoriais na JE, às 13 horas, e na JF, às 17 horas.
Pauta: Regulamentação do PCS (remoção) e Plano de Lutas**

**24/04 – Assembléia Estadual às 13 horas, em frente ao TRT.
Pauta: Regulamentação do PCS (remoção) eleição de delegados para Ampliada da Fenajufe e Plenária da Cnesf e assuntos jurídicos**

Sintrajusc leva reivindicações à diretora do Foro da JF

Os coordenadores do Sintrajusc Robak Barros e Paulo Roberto Koinski, acompanhados do Oficial de Justiça Wilson Medeiros, foram recebidos nesta terça-feira (18/04) à tarde pela diretora do Foro da Justiça Federal, Eliana Paggiarin Marinho. Participação no encontro dos Oficiais de Justiça previsto para a semana que vem, nos dias 25 e 26, Adicional de Qualificação e GAS foram os principais pontos de pauta. Mas também foram retomados assuntos como saúde dos servidores e distribuição das FCs. O encontro desta terça deu continuidade à política do Sintrajusc, de manter canais de diálogo abertos com as Administrações dos Tribunais das três esferas, para apresentar as reivindicações dos servidores.

Encontro dos OJs

Logo no começo da reunião, os coordenadores do Sintrajusc solicitaram espaço no encontro dos Oficiais de Justiça que a direção do Foro promove na semana que vem, no que foram atendidos. A diretora, juíza Eliana Paggiarin Marinho, autorizou a participação, mas pediu que os representantes do Sindicato negociem o tempo diretamente com os Oficiais de Justiça presentes ao encontro. A intenção do Sintrajusc é, durante o encontro da semana que vem, produzir um documento que depois será levado ao conhecimento da Administração do TRF-4, em Porto Alegre, relatando a

situação dos OJs em Santa Catarina. Questões de saúde decorrente da sobrecarga de trabalho que, por sua vez, é consequência, entre outras coisas, da execução de trabalhos que não cabem aos Oficiais, são uma das principais reclamações. O assunto já foi levado ao conhecimento da direção do Foro, durante reunião com Oficiais de Justiça de Joinville, no ano passado. Na ocasião, o Sindicato bateu firme na prática verificada em muitas subseções do interior do Estado, em que predomina uma visão distorcida do Judiciário por parte de alguns juizes, que colocam à disposição dos exequentes o aparelho da Justiça Federal, como auxiliar destes órgãos, no caso, Fazenda Nacional, INSS, CEF e Conselhos Regionais das mais diversas categorias.

A diretora do Foro afirmou, durante a reunião, que o interessante seria unificar os procedimentos na circunscrição do Tribunal da 4ª Região, determinando o número de Oficiais por Vara. Atualmente, segundo a diretora do Foro, são dois OJs por vara no estado. Há possibilidade de, com a criação das novas varas, que teriam quatro OJs, remanejar os cargos, de forma a ter três OJs por vara no estado.

Adicional de Qualificação

Ainda não há prazo definido para a implementação do Adicional de Qualificação na Justiça Federal de Santa Catarina. A informação foi dada pela diretora do Foro. A juíza federal Eliana Paggiarin Marinho disse que o prazo para

a implementação do AQ foi prorrogado pelo TRF-4, que fará reunião na semana que vem com a diretora do Foro de Santa Catarina para discutir o assunto. A informação boa é que os atrasados serão pagos com correção monetária. Além da necessidade de fixação de critérios para os três estados, há também a preocupação com relação à verificação caso a caso da situação dos servidores, que terá de ser feita manualmente, o que também provocará atrasos na implantação do AQ.

GAS

Segundo a diretora do Foro, nada foi discutido com relação à GAS no âmbito do TRF-4. Em função disso, o Sintrajusc vai agendar reunião com a Administração do TRF-4 em Porto Alegre para pressionar por definição em relação ao assunto.

Distribuição das FCs

O coordenador Paulo Roberto Koinski mostrou preocupação com relação à distribuição de FCs no interior do Estado, particularmente em função da Gratificação por Atividade Externa (GAE) prevista no PCS-3. A preocupação do coordenador é que a instituição da GAE faça com que as FCs sejam distribuídas no âmbito da Administração do TRF-4.

A diretora do Foro afirmou que este risco não existe e disse que estudo de readequação das Varas Federais também contemplará a redistribuição das FCs.

Rapidinhas!!!

**Por robakbarros@yahoo.com*

Nada mais justo!! **Na Justiça Federal**, todos os atrasados: GAS, Adicional de Qualificação e os mais diversos passivos com os servidores, quando forem quitados, serão pagos com **correção monetária**. Bem melhor assim: Na JF aquele ditado não vale mais, pelo menos neste quesito, não tem mais: Casa de ferreiro...

A corda sempre arrebenta do lado mais fraco? Pelo menos é o que acontece quando se trata da relação entre **terceirizados** e servidores efetivos no âmbito do TRT. A história tem demonstrado que sempre que houve um incidente entre servidor e um(a) trabalhador(a) terceirizado(a), quem sempre levou a pior foi o(a) trabalhador(a) terceirizado(a). Peguem leve aí, colegas!! Por enquanto, as situações ainda podem ser enquadradas no campo do assédio moral – mas vamos evitar a *Maria da Penha*.

** O endereço eletrônico está à disposição para quem se sentir ofendido (no caso, quando servir o chapéu) bem como para mandarem sugestões para esta seção. ****

Expediente: Boletim do SINTRAJUSC é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - Filiado à FENAJUFE. Rua dos Ilhéus, 118 - sobreloja, sala 3 - Edifício Jorge Daux - CEP 88010-460 - Centro - Florianópolis/SC - Fone/fax: (048) 3222.4668 imprensa@sintrajusc.org.br www.sintrajusc.org.br **Jornalista responsável: Amilcar Oliveira SC-00462-JP**